

Liame entre Serviço Social e Trabalho

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Liame entre Serviço Social e Trabalho

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L693 Liame entre serviço social e trabalho [recurso eletrônico] /
Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-22-2
DOI 10.22533/at.ed.222182808

1. Assistentes sociais. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Serviço
social – Brasil. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 361.3

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Liame entre o Serviço Social e o Trabalho” apresenta uma série de 26 artigos com temas relacionados às áreas de políticas públicas, garantia de direitos, relações com o mundo do trabalho e a formação profissional dos assistente sociais.

Através dos artigos é possível identificar expressões da questão social presentes no atual contexto social, especialmente no Brasil, e que são expressos através da vivência de situações de vulnerabilidades, riscos e violações de direitos.

A abordagem realizada com relação às políticas públicas e políticas de garantia de direitos possibilita o reconhecimento das especificidades presentes em cada uma destas no que se refere aos desafios e potencialidades identificadas no campo da proteção social.

A produção de conhecimentos através das pesquisas na referida área mostra-se essencial no atual contexto brasileiro, em que encontram-se em risco os avanços e garantias conquistados pela classe trabalhadora no que se refere à implementação de políticas públicas que devem materializar as ainda recentes previsões estabelecidas a partir da vigência do Estado Democrático de Direito no país.

Desejo uma boa leitura a todos e a todas, e que este e-book possa colaborar para a formação continuada de estudantes e de profissionais atuantes nas políticas públicas, bem como, para contribuir com o desenvolvimento de novas pesquisas relacionadas às temáticas então apresentadas.

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

EIXO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA PÚBLICA: ENTRE O PRESCRITO E O REAL

Sônia Lopes Siqueira

Ricardo Marcelo Fait Gorchacov

CAPÍTULO 2 13

A TRAVESSIA ENTRE A CRISE E A PROTEÇÃO SOCIAL: O PANORAMA LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

Valter Martins

Carolina Quemel Nogueira Pinto

CAPÍTULO 3 30

A AVALIAÇÃO NO SEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Gisele Dayane Milani

Tassiany Maressa Santos Aguiar

EIXO 2: POLÍTICA DE ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 4 39

A ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA MICRORREGIÃO DE UBÁ/MG

Leiliane Chaves Mageste de Almeida

Maria das Dores Saraiva de Loreto

Suely de Fátima Ramos Silveira

CAPÍTULO 5 52

PARTICIPAÇÃO COMO FOCO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Stela da Silva Ferreira

Abigail Silvestre Torres

CAPÍTULO 6 67

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: ASSISTENCIALISMO, POLÍTICA SOCIAL E CIDADANIA

Amanda Cardoso Barbosa

EIXO 3: POLÍTICA E SAÚDE

CAPÍTULO 7 76

A PROMOÇÃO DA SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL E EM PORTUGAL

Cláudia Helena Julião

CAPÍTULO 8 90

SAÚDE E MEIO AMBIENTE: INTERPRETAÇÕES E PERSPECTIVAS

Maria Maura de Moraes

Neusa da Silva Queiroz

EIXO 4: SEGURANÇA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL ESTATAL

CAPÍTULO 9 105

IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL QUANTITATIVO DOS ASSISTIDOS NO PROJETO PATRONATO DE PARANAÍ

Erick Dawson de Oliveira

Marluz Aparecida Tavares da Conceição

José Erasmo Silva

Maria Imaculada de Lima Montebelo

Karima Omar Hamdan

CAPÍTULO 10 117

O PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE E A SEGREGAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA NA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

Gabriel Cavalcante Cortez

CAPÍTULO 11 120

SÉRIE JUSTIÇA NO ÂMBITO FILOSÓFICO E JURÍDICO

Ingrid Mayumi Da Silva Yoshi

EIXO 5: POLÍTICAS DE GARANTIA DE DIREITOS E VIVÊNCIAS DE SITUAÇÕES DE RISCO SOCIAL

CAPÍTULO 12 124

O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS

Claudiana Tavares da Silva Sgorlon

CAPÍTULO 13 133

AÇÕES AFIRMATIVAS: CONCEITOS E CONCEPÇÕES NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Ludimila Rodrigues Nunes

Angela Maria Caulyt Santos da Silva

CAPÍTULO 14 144

CONSTRUINDO A MORADIA ADEQUADA: A LUTA DO GARMIC PELA IMPLEMENTAÇÃO DA VILA DOS IDOSOS, PARI-SP

Filipe Augusto Portes

Lucas Bueno de Campos

Vânia Aparecida Gurian Varoto

Luzia Cristina Antoniossi Monteiro

Nayara Mendes Silva

CAPÍTULO 15 154

OPRESSÃO ÉTNICA E ESTIGMATIZAÇÃO: REPRESENTAÇÃO DOS JUDEUS NAS PROPAGANDAS NAZISTAS

Amanda Cardoso Barbosa

CAPÍTULO 16 163

DIGNIDADES PERDIDAS: UM RELATO DO TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

*Christiane Rabelo Britto
Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva
Brunna Rabelo Santiago*

CAPÍTULO 17 173

VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTIL: O SILÊNCIO DOS INOCENTES

Helen Catarina dos Santos Ferreira

EIXO 6: O CAPITALISMO E AS RELAÇÕES COM O MUNDO DO TRABALHO

CAPÍTULO 18 182

A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO FRENTE ÀS OFENSIVAS DO CAPITAL: O DESAFIO DA OMNILATERALIDADE

*Carolina Poswar de Araújo Camenietzki
Adriana Cristina Omena dos Santos*

CAPÍTULO 19 193

AS CONTROVERTIDAS QUESTÕES DO ESTÁGIO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Jaime Hillesheim

CAPÍTULO 20 208

AS MUDANÇAS PRODUTIVAS DO CAPITAL E A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO: A ESPECIFICIDADE BRASILEIRA

Cibele da Silva Henriques

CAPÍTULO 21 216

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E ESTADO BURGUEÊS: REFLEXOS DA OFENSIVA DO CAPITAL À CONSCIÊNCIA DOS TRABALHADORES.

Jéssica Rodrigues Araújo

CAPÍTULO 22 229

GESTÃO EMPRESARIAL E ASCENSÃO FEMININA: UM ESTUDO DE CASO

Cristiane Spricigo

EIXO 7: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 23 249

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: A PERCEPÇÃO DOS SUPERVISORES DE

CAMPO E DOCENTES

Vivianne Riker Batista de Sousa
Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha
Maria Gracileide Alberto Lopes

CAPÍTULO 24 260

REQUISIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NO USO DAS REGULACOES
PROFISSIONAIS, DAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS E TÉCNICAS DE SEU TRABALHO

Isabela Sarmet de Azevedo
Thamyres Siqueira Freire
Marlene Souza dos Santos

CAPÍTULO 25 270

OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO PENSAMENTO PÓS-MODERNO: CRÍTICA À
ILUSÓRIA CONCEPÇÃO BURGUESA DE REALIDADE

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
José Rangel de Paiva Neto

CAPÍTULO 26 281

SERVIÇO SOCIAL E INTERDISCIPLINARIDADE: CONFLUÊNCIAS E DESAFIOS

Nilvania Alves Gomes

SOBRE A ORGANIZADORA..... 291

A ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA MICRORREGIÃO DE UBÁ/MG

Leiliane Chaves Mageste de Almeida

Profissão: Odontóloga

Vínculo Institucional: IFSudesteMG – Campus Rio Pomba

Mestre em Economia Doméstica – UFV

e-mail: leilianemageste@yahoo.com.br

Maria das Dores Saraiva de Loreto

Profissão: Economista

Vínculo Institucional: Profª Titular da Universidade Federal de Viçosa

Doutora em Economia Aplicada – UFV

e-mail: mdora@ufv.br

Suely de Fátima Ramos Silveira

Profissão: Graduada em Ciências Econômicas

Vínculo Institucional: Docente do Departamento de Administração e Contabilidade da UFV

Doutora em Economia Aplicada, ESALq/USP

E-mail: sramos@ufv.br

RESUMO: A Vigilância Socioassistencial é considerada fundamental, pois amplia o olhar da política de Assistência Social, por meio de informações territorializadas sobre as vulnerabilidades e riscos sociais. Assim, objetivou-se examinar a atuação da vigilância socioassistencial, no âmbito da Política de Proteção Social Básica da Microrregião de Ubá/MG, considerando dados censitários e documentais e as percepções dos seus

executores. Os resultados mostraram que os mecanismos para efetivar a vigilância socioassistencial não são plenamente utilizados. Conclui-se que a vigilância socioassistencial apresenta problemas para manter ativo um serviço, que promova o atendimento da população e a articulação com a rede de proteção social local.

PALAVRAS-CHAVE: Política Proteção Social Básica; Vigilância Socioassistencial; Desafios.

ABSTRACT: The social assistance surveillance is considered essential because expands the vision of social assistance policy through territorialized information about the vulnerabilities and social risks. The objective was to examine the role of social assistance surveillance, within the Basic Social Protection Policy of Micro Region of Uba/MG, considering census data and documents and perceptions of its executors. The results showed that the mechanisms to effect social assistance surveillance are not fully utilized. It is concluded that the social assistance surveillance has trouble keeping active a service that promotes treatment of population and articulation with the local social protection network.

KEY WORDS: Basic Social Protection Policy; Social assistance surveillance; Challenges.

1 | INTRODUÇÃO

Para assegurar a proteção social prevista na Constituição Federal (CF) de 1988, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), instituída em 2004, definiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como um modelo de gestão, com uma nova lógica de organização das ações: por níveis de complexidade, por território; e conforme a forma de operacionalização da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a regulação, em todo o território nacional (MDS, 2004).

As funções fundamentais da política de Assistência Social são a Proteção Social, a Vigilância Socioassistencial e a Defesa de Direitos, sendo que a Vigilância Socioassistencial foi incorporada a LOAS, por meio da Lei nº 12.435/11, ganhando centralidade na Norma Operacional Básica (NOB) /SUAS 2012, ação justificada pelo fato de que a função de Vigilância amplia as outras funções inerentes à concepção do sistema (MDS, 2013b).

A perspectiva da Vigilância Socioassistencial direciona o olhar da política para a identificação das seguranças socioassistenciais através do conhecimento do território, visando orientar de maneira mais adequada os tipos de serviços a serem ofertados pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRASs).

Segundo a LOAS, o CRAS é a unidade pública estatal descentralizada, instituída para a oferta da proteção social básica, localizado nos municípios, para o atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social, cujo objetivo é prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos seus territórios de abrangência, por meio do desenvolvimento de potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares comunitários e familiares e da ampliação do acesso aos direitos da cidadania (BRASIL, 1993).

O estudo de Furtado (2013) sobre as vulnerabilidades das famílias, no período de 2000 a 2010 no Brasil, constatou que houve uma melhora considerável das vulnerabilidades no período avaliado, mas que este resultado é relativo e heterogêneo, na medida em que foram analisadas dimensões distintas da vulnerabilidade e indicadores específicos. As dimensões relacionadas ao trabalho e renda melhoraram proporcionalmente mais que a vulnerabilidade social ou o acesso ao conhecimento. Depreende-se, assim, que ainda persistem condições de vulnerabilidade e risco social no âmbito das famílias referenciadas aos CRAS no país. Ou seja, buscando as considerações de Campos (2009), os usuários da política de assistência ainda estão politicamente invisíveis, identificados na condição de assistidos das diferentes ações desenvolvidas desta política.

Desse modo, ações consistentes de vigilância socioassistencial, no processo de implementação dos CRAS, são elementos imprescindíveis no sentido de orientar os serviços a serem executados pelo CRAS para uma efetiva prevenção das situações de ocorrência de vulnerabilidades e riscos sociais nos seus territórios, afiançando os

direitos socioassistenciais previstos na PNAS para as famílias.

2 | OBJETIVO

O objetivo do artigo foi analisar a atuação da vigilância socioassistencial, além dos seus desafios na implementação da política de proteção social básica da Microrregião de Ubá/MG.

3 | REVISÃO DE LITERATURA

3.1 A função de vigilância socioassistencial da política de assistência social

O Artigo 87 da NOB/SUAS 2012 caracteriza a Vigilância Socioassistencial como:

uma das funções da política de assistência social e deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, e traça:

I – das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios;

II – do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial (MDS, 2012, p. 40).

Segundo Pereira (2007), o conceito de territorialização da PNAS/2004 pauta-se no estabelecimento de prioridades sociais e leva em consideração recortes territoriais, que contenham população com problemas, culturas e histórias similares, como pré-requisito às ações integradas e intersetoriais da assistência.

A política de assistência tem a responsabilidade, pois, de trazer à tona o “chão” ou o espaço concreto de seu funcionamento e, para isso, recorre às palavras do geógrafo Milton Santos, que, quando questionado do que seria o território, refere--se à palavra chão, dizendo que:

o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p. 14).

A realidade vivida por cada lugar é distinta, pois, segundo Bourdin (2001, p. 168), a localização é “um processo de construção da ação, de formulação e de realização de objetivos, com relação a um contexto de recursos e de exigências que constitui o lugar ou é constituído por ele. Construir a ação nesta relação permite criar recursos ou chegar até eles”. O território, como contexto de ação, permite conhecer os processos, os recursos disponíveis, as dinâmicas das relações; possibilitando, ainda, criar recursos para a promoção do desenvolvimento local.

O deslocamento para a visão do território de atuação da política permite identificar os agentes locais participantes das redes, suas relações, tipos de redes existentes e

suas finalidades, conforme ressalta Andion (2003, p. 1048), “a descrição dos tipos de redes existentes é importante para compreender a origem dos laços de reciprocidade presentes no território”. Assim, a identificação de redes locais permite compreender também os laços de pertença de seus habitantes, seus valores, suas motivações capazes de protegê-los, suas potencialidades.

A capilaridade da ação da Vigilância Socioassistencial é estratégica nos CRAS, segundo a PNAS, considerando que:

A equipe do CRAS deve prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social na produção, sistematização e divulgação de indicadores de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios (MDS, 2004, p.35).

Na perspectiva de compor uma Vigilância Socioassistencial atuante, MDS (2013b) relaciona três campos de referência para orientar as suas ações em relação aos seus territórios de vivência: Diagnóstico Socioterritorial (busca identificar as situações de vida diferenciadas e desiguais que se encontram em uma única cidade, que muitas vezes não se revela pelos números); Topografias dos territórios de vida (possibilita visualizar cartograficamente a cidade e suas partes, para obter uma visão do território onde se atua) e Trajetórias de vida e vivência (possibilita compreender o “estado aparente” das condições socioeconômicas, colocando em evidência não somente os indicadores mensuráveis, mas também indicativos que marcam as trajetórias de pessoas, famílias e lugares, que expressam a condição dinâmica da vida).

Nesse contexto, é necessário o esforço conjugado da ação estatal nas três esferas de governo, dos profissionais da assistência, de pesquisadores sociais, de usuários da política para atingir os objetivos da Vigilância Socioassistencial em sua plenitude, o que exige um trabalho árduo e competente, pelo leque amplo de ações a serem executadas. Por outro lado, para se atingir a estruturação adequada nos municípios, a NOB SUAS/2012 prevê apoio técnico para a Vigilância Socioassistencial, pela via da capacitação associada a processos de supervisão coordenados. Além disso, a associação de informações territorializadas a dados informatizados de identificação sistemática das famílias torna-se importante aliada da Vigilância, ao permitir um melhor planejamento e organização das ações.

Cabe destacar neste ponto, a importância da iniciativa do MDS na modernização do campo de monitoramento e avaliação das políticas da assistência, através de estudos, levantamentos e análise de problemas específicos, competência delegada à Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), para agregar qualidade à gerência e ao desempenho dos programas sociais do governo com base na informação e análise de dados (VAITSMAN *et al.*, 2006).

Quanto ao monitoramento dos CRAS, o MDS apresenta, com periodicidade anual, o Censo SUAS CRAS, que contém dados que cobrem diferentes temáticas como: infraestrutura física, caracterização dos serviços e benefícios ofertados, gestão

e território, articulação e recursos humanos dos CRAS. Esses dados, preenchidos pelos gestores da assistência social local ou coordenadores dos CRAS, possibilitam o levantamento de dados secundários sobre estas unidades de referência da proteção social básica (MDS, 2013a).

Assim, a ênfase na Vigilância Socioassistencial por meio do reconhecimento do território, considerando as principais demandas das famílias e sua realidade socioeconômica, associada a dados estatísticos confiáveis é um caminho que se aponta para a consolidação da proteção social.

4 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender aos objetivos propostos, optou-se, além da pesquisa bibliográfica por um estudo de caso incorporado de subunidades de análise¹, delimitando uma pesquisa quanti-qualitativa, que utilizou a pesquisa documental de dados censitários do Censo SUAS CRAS e realização de entrevistas com coordenadores e equipe técnica de nível superior dos CRAS, com mais de cinco anos de funcionamento na Microrregião de Ubá/MG, acreditando que estes CRAS apresentariam profissionais com uma visão mais engajada do processo de implementação da vigilância socioassistencial local. Assim, a amostra dos executores selecionada de forma intencional, foi constituída do somatório de 12 coordenadores e 24 técnicos de nível superior, totalizando 36 componentes. Para manutenção do sigilo sobre a identificação dos profissionais, optou-se por codificá-los da seguinte forma: coordenadores de A1 a A12; equipe técnica de nível superior de B1 a B24, atribuindo-se a cada um deles o número pela ordem crescente da entrevista.

Os dados foram analisados em duas etapas. Na primeira, foi feita uma caracterização dos CRAS da Microrregião de Ubá, quanto à gestão do território, por meio da estatística descritiva de dados coletados do Censo CRAS 2013, em termos de média, frequência e análises gráficas. As categorias de análise foram: presença ou ausência de mapa do território de abrangência e de comunidades tradicionais em seus territórios, forma de participação dos usuários nas atividades de planejamento do CRAS, forma de acesso dos usuários aos seus serviços, disponibilidade de listagem de famílias beneficiárias e de acesso aos sistemas informatizados do Governo Federal, modelo de prontuário utilizado. Na segunda etapa, foi examinado o conteúdo das percepções dos executores sobre os desafios na implementação da vigilância socioassistencial, conforme metodologia proposta por Bardin (2011).

1- Yin (2003) descreve que podem ser acrescentadas subunidades de análises em um estudo de caso único, de forma que se possa desenvolver um projeto mais complexo - ou incorporado. As subunidades podem frequentemente acrescentar oportunidades significativas a uma análise extensiva, realçando o valor das impressões em um caso único.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 A gestão do território dos CRAS na Microrregião de Ubá/MG

Com respeito à gestão do território, 60% dos CRAS apresentavam **mapa do seu território de abrangência**. Conforme MDS (2013b), embora muitos CRAS afirmem que possuem um mapa do seu território de abrangência, em muitos deles, principalmente nos municípios com até 20.000 habitantes, que, no caso da Microrregião de Ubá/MG são 15, a referência de abrangência territorial da própria unidade é o município inteiro, sem considerar suas diferenças e desigualdades intraurbanas.

Quanto à presença de **comunidades tradicionais** em seus territórios, 20% dos CRAS apresentavam comunidades quilombolas, sendo que nenhum dos CRAS apresentava profissionais com capacitação específica para lidar com estas comunidades, nem diagnósticos específicos sobre as suas vulnerabilidades, além de não apresentar integrantes na equipe do CRAS provenientes destas comunidades ou mesmo articulação com órgãos públicos e entidades não governamentais de representação ou defesa de direitos com atuação específica referente às comunidades em questão.

Segundo Carvalho e Silveira (2011), para o trabalho com comunidades quilombolas e indígenas, é importante a aquisição de conhecimento sobre os processos organizativos e de mobilização destas comunidades, saberes indispensáveis à atuação condizente com uma vigilância socioassistencial adequada para estes tipos de territórios. Nesse sentido, as equipes dos CRAS da Microrregião de Ubá se encontram despreparadas para o atendimento específicos das comunidades quilombolas existentes em seus territórios.

Em relação à **forma de participação dos usuários nas atividades de planejamento do CRAS**, em apenas 10% deles a participação ocorre de maneira formal e regular (Gráfico 1). Conforme MDS (2013b), a participação dos usuários, como sujeitos legítimos no processo de construção, avaliação e garantia da qualidade dos serviços socioassistenciais, deve ser assegurada, o que ainda é bem incipiente na Microrregião, em função da elevada participação informal.

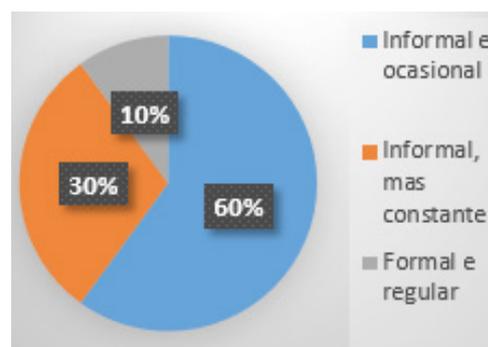


Gráfico 1: Formas de participação dos usuários no planejamento de ações dos CRAS da Microrregião de Ubá/MG, Minas Gerais, 2014.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Quanto às **formas de acesso dos usuários aos serviços do CRAS (Gráfico 2)**, a principal forma de acesso da Microrregião foi por meio da procura espontânea (51,75%).

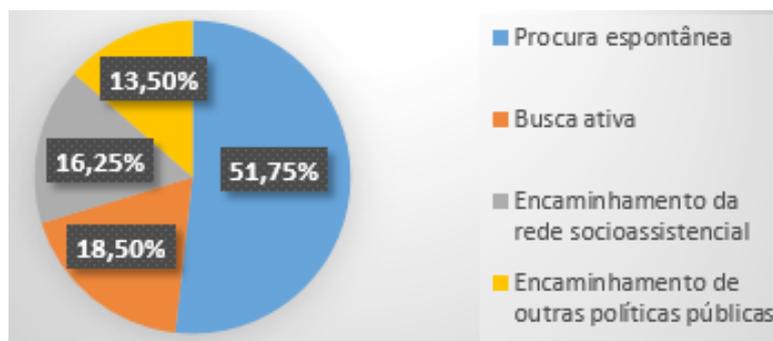


Gráfico 2: Formas de acesso do usuário aos CRAS da Microrregião de Ubá/MG, Minas Gerais, 2014.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

No entanto, conforme MDS (2012, p. 66), dentre as formas de acesso a que deveria se destacar é a busca ativa, pois por meio dela é possível “operacionalizar de modo mais efetivo a sua função protetiva e preventiva nos territórios, visto que é capaz de antecipar a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social e não somente reagir passivamente às demandas apresentadas pelas famílias”. Partindo deste entendimento, o percentual de busca ativa com 18,5%, pode estar relacionado à ênfase do trabalho no atendimento de demandas emergenciais e uma consequente redução da busca ativa.

Em relação à **disponibilidade de informações sobre as famílias beneficiárias e de acesso aos sistemas informatizados do Governo Federal** (Quadro 1), constatou-se que os CRAS da Microrregião apresentam instrumentos para monitoramento das ações e serviços, embora existam entre os CRAS diferenças de acesso a dados informatizados do governo, que podem comprometer o trabalho adequado dentro dos Centros.

Listagens disponíveis e Acessibilidade a sistemas do Governo Federal	%
Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF)	95
Beneficiários do PBF em descumprimento das condicionalidades de educação	90
Beneficiários do PBF em descumprimento das condicionalidades de saúde	85
Famílias inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal	75
Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) /Idoso	75
Beneficiários do BPC/ Pessoas com Deficiência	30
Acesso ao CadÚnico	90
Acesso ao Sistema Integrado de gestão de Condicionalidades do PBF-(SICON)	75
Sistema de Informações do Programa BPC na Escola	35
Acesso ao Sistema de Emissão da Carteira do Idoso (SUASWEB)	60
Acesso ao Registro Mensal de Atendimentos (RMA)	70

Conforme MDS (2009), dentre as ações relativas ao registro de informações dentro do CRAS, destacam-se: a definição dos instrumentos para monitoramento das ações e serviços e dos responsáveis pelo preenchimento dos sistemas; definição de informações que deverão ser sistematizadas de modo a garantir a adequada alimentação dos sistemas da Rede SUAS e outros sistemas nacionais instituídos; definição de fluxos e instrumentos de encaminhamento entre proteção básica e especial; definição de instrumento para registro do acompanhamento das famílias usuárias e sistemática de trabalho interna ao CRAS. Por esta razão, torna-se necessário, em algumas localidades, a ampliação do acesso aos sistemas de informação do governo, a manutenção atualizada de listagens de famílias em condições de vulnerabilidade social, para viabilizar as ações de planejamento do CRAS.

Quanto à **utilização do Prontuário SUAS**², modelo disponibilizado pelo governo federal para cadastro das famílias, 40% dos CRAS o utilizavam, enquanto os outros 60% responderam que não o utilizam, pelo seguinte: já possuíam outro modelo de Prontuário (45%), receberam em quantidade menor que a demanda (10%), consideravam que o instrumento tem um número muito grande de variáveis (5%). Verificou-se que 15% dos CRAS não declararam se de fato apresentavam outro tipo de prontuário, ficando uma incógnita sobre a atuação da utilização do Prontuário.

Segundo MDS (2009), para acompanhamento das informações sobre as famílias, os CRAS devem adotar prontuários que permitam o registro do histórico pessoal/familiar, os eventos de violência ou negligência doméstica, casos de violação de direitos, a condição de pertencimento a programas ou benefícios de transferência de renda, os encaminhamentos realizados, o retorno dos encaminhamentos, a inserção em SCFV, as visitas domiciliares, as entrevistas realizadas e a descrição do plano de acompanhamento familiar, quando pertinente. Assim, a adoção e manutenção de um prontuário atualizado são essenciais para embasamento dos planejamentos de ações e serviços dentro do CRAS.

Conclui-se com respeito à gestão territorial que esta se encontra pouco consistente na Microrregião de Ubá, porque os processos de produção e utilização de informações pelos agentes públicos dos CRAS, as condições de acesso das famílias, a forma de participação dos usuários nos processos de gestão do CRAS não são compatíveis com uma vigilância socioassistencial adequada, para a redução das vulnerabilidades

2- O Prontuário SUAS é um instrumental técnico que visa auxiliar o trabalho dos profissionais, organizando as informações indispensáveis à realização do trabalho social com as famílias e registrando o planejamento e o histórico do acompanhamento familiar. De maneira geral, os profissionais e as unidades de CRAS e CREAS já registram estas informações. No entanto, aqui se coloca uma proposta de padronização das informações ao nível nacional sobre informações mínimas que devem ser coletadas para o acompanhamento familiar. O Prontuário é um formulário em papel que deve ser preenchido para cada família que entra em acompanhamento e a versão Informatizada do Prontuário ainda está em fase de planejamento, sendo prevista para 2014 (MDS, 2015).

sociais em seus territórios.

5.2 As percepções dos executores da Política de Proteção Social Básica sobre a vigilância socioassistencial

Segundo Ferreira (2011), quanto à **forma de identificação dos problemas do território**, são necessários diagnósticos consistentes, que demonstrem o conhecimento da realidade que se tem e a qual se deseja transformar, possibilitando uma compreensão dos processos geradores de desproteções. A análise das entrevistas revelou que 50% dos CRAS apresentam diagnósticos socioterritoriais; todavia, em alguns casos, sua presença não é indicativa de que é utilizado como referência para um planejamento de ações, como pode ser verificado no depoimento:

Na verdade quando terminou este trabalho de diagnóstico, a gente sentou, é, eu, a secretária de desenvolvimento social e a equipe técnica e a gente deu, vamos dizer, assim, uma passada nele, não vou falar um estudo. Porque não foi um estudo, e anotamos os pontos mais prioritários, e começamos procurar estar trabalhando estes pontos. (Coordenadora A6)

Nessa direção, constatou-se que a identificação de vulnerabilidades e riscos sociais por meio de diagnósticos consistentes não é linear nos municípios e quando ela ocorre, em apenas 30% deles, são realizadas ações pautadas em suas constatações. Esta é uma realidade muitas vezes presente na administração pública, uma vez que existe um percentual de documentos construídos para alcance de metas estipuladas e monitoradas pelo governo, mas que não são efetivamente utilizados, por falta de planejamento adequado de ações. Segundo MDS (2013b, p. 18), “as informações produzidas necessitam fazer sentido para a gestão, devem servir para proteger melhor, para defender melhor os direitos dos usuários dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais”, sob o risco de manutenção de um tratamento fragmentado e desconectado de respostas adequadas às demandas dos usuários, que serve de entrave na implementação da vigilância socioassistencial, conforme preconiza o SUAS.

No entanto, foram citados outros meios de identificação dos problemas do território através da busca ativa, conhecimento próprio da realidade dos bairros que concentram mais famílias em vulnerabilidade social pelos próprios coordenadores, devido ao pequeno porte dos municípios; bem como utilização de dados provenientes do CadÚnico, da Polícia Militar ou do MDS, conforme o relato:

Nós não temos diagnóstico socioterritorial, nós contamos com o diagnóstico do Brasil Sem Miséria. (Coordenadora A4)

Quanto à disponibilidade de equipamentos indispensáveis para um bom desempenho das ações de vigilância, o veículo próprio foi o mais relatado nas entrevistas, em que apenas 50% dos CRAS o apresentavam, conforme relato:

O nosso território aqui é muito grande, muito extenso, e, às vezes, eu tenho uma família, que eu tenho que estar acompanhando ela sempre. Mas eu não tenho carro, o motorista, ele não vai atender só a mim, vai atender todos os CRAS, a Secretaria inteira. (Técnica de Nível Superior B14)

Sobre a **participação dos usuários no planejamento de atividades do CRAS**, ao serem questionados sobre a existência de reuniões com os usuários ou outra forma de escuta, os executores responderam que não existem reuniões específicas com esta finalidade, o que não significa que suas opiniões e sugestões não sejam acatadas pela escuta informal, realizada durante a busca ativa, a acolhida pelos técnicos e oficinas. Em 25% dos CRAS, ao final das oficinas, são realizados questionários de avaliação, solicitando sugestões sobre as mesmas ou sobre novas atividades de interesse a serem desenvolvidas.

A equipe técnica relata que, com pouca frequência, existem outras formas de participação em rodas de conversa, com reflexões de interesse dos usuários; reuniões com os pais ou responsáveis pelas crianças e adolescentes; anotações em cadernos na recepção, buscando sugestões sobre os cursos, palestras e oficinas a serem desenvolvidos pelo CRAS. Procura-se atender às sugestões, apresentando-as aos gestores municipais da assistência social para discussão da viabilidade de implantação das mesmas ou por adequações internas no próprio CRAS. Entretanto, nem sempre é possível atender a todas as sugestões por falta de espaço físico, recursos humanos e financeiros disponíveis.

Assim, nos CRAS pesquisados, busca-se ouvir as opiniões dos usuários, mas ainda não são implantadas metodologias democráticas e participativas, com vias à participação social de fato e as tomadas de decisões permanecem delegadas aos executores da política.

Ao serem questionados sobre a **realização de reuniões periódicas** para discussão de estratégias para a resolução de problemas e com que frequência é realizada, 58,3% dos coordenadores relataram que realizam reuniões com as equipes mensalmente, os outros disseram que reúnem com um ou outro da equipe, de acordo com a emergência das demandas, conforme o depoimento:

A gente costuma fazer várias reuniões, porque temos muita dificuldade de juntar a equipe inteira. Costuma estar mais tranquilo, vamos rever isso aqui, [...] as meninas acabam passando o que tá acontecendo... A gente tenta... mas, falar assim que a gente tem uma reunião mensal de equipe, isto não existe. (Coordenadora A4)

Conforme MDS (2009), as reuniões periódicas são imprescindíveis para a garantia da interdisciplinaridade do trabalho da equipe, para a troca de experiências entre os profissionais, para uso coerente e consistente das informações, para embasamento das ações no CRAS. Nesse sentido, existe um contraponto entre as orientações do MDS e a falta de realização regular de reuniões de planejamento nos CRAS, revelando um processo de fragmentação das suas ações, atravessado por demandas imprevisíveis que chegam, direcionando as ações e deixando as reuniões para segundo plano, conforme o depoimento:

Você tem que priorizar a demanda emergencial, aquela que tá acontecendo e que precisa de atenção mais rápida. (Técnica de Nível superior B8)

Quanto às **formas de monitoramento e avaliação** das ações dentro do CRAS

e existência de planejamento anual de atividades, 50% dos coordenadores relataram que realizam estas práticas, os outros 50% afirmaram que não há tempo para estas questões de gestão, por falta de tempo, o que é evidenciado no seguinte relato:

A gente não tem tempo prá planejar e prá parar prá avaliar, a gente não consegue, inclusive, já falamos que há necessidade de parar prá avaliar, fazer um planejamento para o próximo ano [...] Se você me pedir: - Você tem um plano de trabalho de 2014? Eu respondo não. (Coordenadora A4)

Em geral, a forma de planejamento, citada pela equipe técnica, consta de um calendário de atividades a serem executadas durante o ano, considerando as datas comemorativas mais importantes e as respectivas temáticas a serem trabalhadas pelas equipes nas oficinas. Não é um planejamento voltado especificamente com metas a serem cumpridas por todos os profissionais da equipe técnica e coordenação, como no relato:

Prá você fazer alguma coisa, você tem que ter um chefe imediato, né, então aqui se perde muito aí nessas funções, qual é a minha função aqui, eu sou subordinada a fulano de tal. Chega num estágio em que a gente entra em uma zona de conforto, é preciso que o seu chefe imediato esteja alí te motivando, te norteando, né? Fiscalizando o trabalho. Então, sem fiscalização ele não funciona muito bem não, né? Então falta mesmo essa estruturação coordenada. (Técnica de Nível Superior, B12).

Nesse sentido, um planejamento de construção coletiva dentro da assistência conforme destaca Cunha (2006), em que todos os atores estejam cientes de quais resultados precisam ser alcançados, das ações necessárias para atingir os objetivos, quem vai executá-las e o custo efetivo previsto, é bem fragilizado na Microrregião. Tal realidade compromete a garantia de direitos dos usuários, principalmente os que se encontram invisíveis pela ineficácia da vigilância, que vivem em locais periféricos e desamparados, sendo suas demandas ainda não incorporadas ao planejamento de ações.

6 | CONCLUSÕES

A disponibilidade de recursos existentes para uma efetiva implementação da vigilância socioassistencial na Microrregião de Ubá/MG não se apresenta de forma linear em seus CRAS; sendo, em geral, insuficiente pela falta ou pouca frequência constatada de diagnósticos socioterritoriais consistentes; limitado planejamento coletivo de ações, de formas de monitoramento e avaliação de metas estipuladas e gestão social; escassez de veículo próprio, de capacitação das equipes para o trabalho com comunidades quilombolas existentes na região; baixa participação social de seus usuários no planejamento de ações do CRAS, necessitando que as ações sejam ampliadas, no sentido de melhorar a qualidade das relações dos executores dos serviços com os seus usuários, pelo incremento da busca ativa e conhecimento da realidade social de seus territórios de abrangência, com vias à concessão de direitos

socioassistenciais.

Conclui-se que a vigilância socioassistencial encontra-se fragilizada na Microrregião de Ubá/MG, comprometendo a oferta adequada de serviços protetivos, em consonância com as demandas reais de seus usuários.

REFERÊNCIAS

ANDION, C. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 1033-1054, set./out. 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOURDIN, A. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**: lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília: Senado Federal, 1993.

CAMPOS, E. B. **O Protagonismo do usuário da assistência social na implementação e controle social do SUAS**. Brasília: MDS; CNAS, 2009.

CARVALHO, A. M. P. de.; SILVEIRA, I. M. M. da. A consolidação da assistência social como política pública no século xxi: o desafio da educação permanente como princípio estratégico na gestão do trabalho. In: CRUS, J. (Org.). **Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS: Uma Contribuição Necessária para Ressignificar as Ofertas e Consolidar o Direito Socioassistencial**. Brasília: Gráfica e Editora Brasil, 2011. p. 141-170.

CUNHA, E. da P. Planejamento e Financiamento da Política de Assistência Social. In: Projeto CAPTAS: Capacitação dos Trabalhadores da Assistência Social. **Cadernos de Assistência Social: trabalhador**. Belo Horizonte: NUPASS, 2006. p. 113-136.

FERREIRA, S. S. **NOB-RH Anotada e Comentada**. Brasília: MDS; SNAS, 2011.

FURTADO, B. A. Índice de vulnerabilidade das famílias (2000-2010): Resultados. **IPEA**. Texto para Discussão, n. 1835, 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. MDS. **Censo SUAS CRAS 2013**. 2013a. Disponível em: <aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index2.php>. Acesso em: 2 abr. 2015.

_____. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS 2012**. Brasília: MDS, 2012.

_____. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Brasília: MDS, 2009.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004.

_____. **Prontuário SUAS**. 2015. Disponível em: www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/suas-sistema-unico-de-assistencia-social/suas-2013-prontuario-suas. Acesso em: 19 fev. 2015.

_____. **Vigilância Socioassistencial**: garantia do caráter público da Política de Assistência Social. Caderno Capacita SUAS, n. 3. Brasília: MDS; SNAS, 2013b.

PEREIRA, P. A. P. A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS. **Ser Social**, Brasília, n. 20, p. 63-83, jan./jun. 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

VAITSMAN, J.; RODRIGUES, R. W. S.; PAES-SOUSA, R. **O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais**: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. 2006. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001485/148514por.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 2003.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-21-5

